

# FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EAD NO BRASIL: ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO.

**Maria Cristina Elias Esper Stival**

Faculdade Educacional da Lapa e Universidade Tuitui do Paraná  
cristinaelias@terra.com.br

**Josiane Gonçalves Santos**

Faculdade Educacional da Lapa e Centro Universitário –FAE  
josiane\_2104@hotmail.com

**Simone Weinhardt Wither**

Faculdade Educacional da Lapa  
simoneww@gmail.com

**Resumo:** A Educação a Distância é atualmente uma modalidade de ensino presente em todo território nacional. O cenário educacional brasileiro com a LDB n° 9394/96 regulamenta os diferentes níveis e modalidades de ensino, entre elas, destaca-se a educação à distância, modalidade educacional que tem crescido no Brasil nos últimos anos, caracterizando-se como uma estratégia para se alcançar o ideal democrático de educação. É um processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, na relação entre professores e estudantes que estão separados espacial e/ou temporalmente, porém interligados tecnologicamente, via internet. Nesse sentido, pensar a formação de professores em EaD, no Curso de Graduação de Pedagogia em determinada instituição do ensino superior localizada no Paraná, para buscar reflexões a partir das análises dos relatórios de estágio supervisionado nas escolas públicas e privadas de educação infantil é o objetivo desse trabalho. No sentido, de vivenciar e observar a realidade no campo de estágio pelos acadêmicos que necessitam articular teoria e prática à realidade educacional a partir da construção descritiva dos relatórios de estágio da instituição do ensino superior do Paraná. O referido documento é sistematizado pelos acadêmicos e avaliados pelos docentes da instituição que atribuem nota, utilizando os ambientes virtuais. Neste texto, para o aporte teórico para cada uma das categorias desenvolvidas, recorreu-se aos autores NEDER (2005); PRETI(2005), sobre a formação docente BRZEZINSKI(2001); para esclarecer o estágio PIMENTA (1995), políticas públicas SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, (2002). Constata-se nos relatórios de estágio as observações realizadas pelos acadêmicos seguindo as orientações solicitadas pela instituição de ensino superior durante as aulas televisivas da disciplina em questão. Pode-se considerar a importância dos relatórios de estágio, como um documento fundamental dos registrados observados pelos acadêmicos, sendo uma tarefa para alertar as possíveis necessidades e impasses na educação à distância. As observações apontadas no documento trazem alguns elementos a serem considerados na avaliação para instituição do ensino superior, para verificar e repensar a nossa atuação profissional bem como, da formação docente.

**Palavras-chave:** formação de professores; educação à distância; relatórios de estágios.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, a educação à distância, é a modalidade educacional<sup>1</sup> que tem crescido nos últimos anos. O amparo legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/96, regulamentada pelo Decreto 5.622/05, tem contribuído para que a EaD seja encarada como uma

forma viável e democrática de se ofertar educação para todos, especialmente no Brasil, país com grandes proporções democráticas - 8.514.876.599 Km<sup>2</sup>, organizado em 26 Estados – 5565 municípios, totalizando 191.480.630 habitantes.

Percebe-se que tamanha extensão territorial e o contingente populacional, impulsionam a implementação de ações e políticas públicas voltadas à educação para todos e à formação de professores. É nesse cenário, globalizado, com inúmeras demandas e transformações que ganha força a educação à distância, especialmente quando direcionada à formação de professores.

Dados divulgados pelo Anuário 2008 da Abraed – Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância – mostram, entre outras informações, que, nos últimos anos tem crescido o número de estudantes matriculados em instituições que ofertam essa modalidade de ensino e que são autorizadas pelo Ministério da Educação e Cultura( MEC).

Logo, a modalidade apresenta enfoque educativo, por transformar as formas de ensinar e aprender de professores e estudantes. Assim, por meio de atividades teóricas e práticas, conduzidas em sua maioria em ambientes virtuais, constrói-se o conhecimento sistematizado.

A EAD, em acordo com a LDB, deve preparar seus estudantes para o exercício da cidadania e qualificá-los para o mundo do trabalho. Daí a importância da instituição garantir, por meio de seus profissionais e docentes, materiais e práticas pedagógicas, na garantia de ofertar um ensino de qualidade.

Neste sentido, que a Faculdade Educacional da Lapa<sup>2</sup>, desde 2005, em parceria com a EDUCON<sup>3</sup>, vem desenvolvendo cursos de graduação e pós-graduação em EaD, direcionados à formação de professores – Normal Superior e Pedagogia. Essa modalidade de educação, atualmente atende aproximadamente 16.000 estudantes distribuídos em 187 pólos situados em diferentes estados brasileiros, em parceria com a Eadcon que possui dois estúdios localizados no município de Curitiba, com organização de canais e satélite 24 horas com potencialidade de transmitir aulas ao vivo para todo território nacional.

O trabalho pedagógico desenvolvido tem como objetivo ofertar uma educação de qualidade a todos seus estudantes, trabalhando com seriedade, competência e dedicação ao ensino. Tal contribuição voltada para a formação de cidadãos éticos, solidários, participativos, capazes de contribuir para a transformação da sociedade desigual em que se vive.

### **A Educação a Distância e a formação de professores.**

A Educação, na modalidade a distância, tem sido bastante discutida no Brasil, nos últimos anos, pelos seus aspectos ideológicos e políticos, bem como nos epistemológicos e pedagógicos. Surgem assim diversas concepções referentes à sua legitimidade e qualificação, em relação a essa modalidade de ensino.

No Brasil, os debates sobre a EAD têm oportunizado reflexões importantes a respeito da “necessidade de ressignificação de alguns paradigmas que norteiam essas compreensões relativas à educação, escola, currículo, estudante, professor, avaliação, gestão escolar, dentre outros.” (MEC,2007, p. 3)

O respaldo legal para o Ensino à Distância, surge no Brasil, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - que estabelece, em seu artigo 80, a possibilidade de uso orgânico de EaD em todos os níveis e modalidade de ensino. Esse artigo da legislação foi regulamentado posteriormente pelos Decretos 2.494 e 2.561, de 1998, mas ambos revogados pelo Decreto 5.622 em vigência desde sua publicação em 20 de dezembro de 2005. (MEC, 2005)

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394, em 1996, inicia-se nova fase na educação brasileira em que a educação a distância ganha destaque legal e em seu artigo 80 diz, “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”, consolidando-se no cenário educacional principalmente na educação superior, atingindo um crescimento expressivo para todos os estudantes que almejam alcançar o ensino superior.

O Decreto nº 5.622 “caracteriza a EaD como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação com estudantes e professores, desenvolvendo atividades educativas em lugares e tempos diversos.” (MEC, 2005)

No que se refere à formação de professores, a LDB propugnou a formação preferencial em curso superior. Fixou, ainda, nas disposições transitórias o prazo de 10 anos para que somente fossem admitidos professores habilitados em curso superior para o exercício da docência em qualquer nível. Entretanto, observa-se ainda a escassez de professores em algumas áreas do conhecimento e ausência de formação em nível superior de profissionais que estão em exercício. Tais fatores vêm contribuindo para que a formação de professores, na modalidade a distância, oportunize um espaço maior, tanto para implementação de políticas públicas, quanto as instituições públicas e privadas para sua organização pedagógica.

A partir disso a Educação à Distância fica visível no Brasil, possibilitando uma maior democratização do acesso ao ensino superior, além de viabilizar reflexões acerca dessa modalidade como uma “nova” forma de educação de ensino superior para sociedade contemporânea

Junto a essa questão, outra discussão vem acontecendo há mais de duas décadas, a formação de professores, tal temática tem sido centro de muita preocupação e debate em âmbito educacional, ganhando configuração principalmente quando associado à educação à distância.

Preti (2005, p. 16) evidencia essa ideia ao relatar,

Há mais de duas décadas, o tema da formação do professor vem sendo colocada na pauta de encontros, congressos, simpósios educacionais e nas diretrizes da política nacional e de organismos internacionais. Nunca se produziu tanto sobre o tema.

Portanto, demonstra que a formação de professores necessita de muita reflexão principalmente, no que tange a essa nova configuração da educação a distância no Brasil.

Marcelo (1999, p. 27) destaca a necessidade de “integrar a formação de professores em processos de mudança, inovação e desenvolvimento curricular, tratando-se de uma estratégia

para facilitar a melhoria do ensino”. Cabe, portanto, a essa formação a intencionalidade de superar a racionalidade técnica que simplesmente prepara o professor para a ação, centrada no conteúdo e na didática.

Nessa perspectiva, são relevantes os processos de formação aos professores que atuam na educação à distância, com o objetivo de possibilitar – lhes a reflexão sobre sua prática e construir novas alternativas de trabalho coerentes com os processos de mudanças implementados, como é a modalidade da educação a distância.

Neder (2005) propõe que a formação deve ser sustentada em compreensão crítica da educação, em que o discurso ofereça possibilidades de atuação do professor de forma a desenvolver uma prática articulada e democrática, criando uma linguagem capaz de fazer com que os professores se comprometam com essa prática educativa.

É necessário a (re)significação da atuação profissional tendo em vista as mudanças de paradigmas postas a partir das descobertas científicas, avanços tecnológicos, entre outros, como a configuração da educação à distância. Como afirma Belloni (2008, p. 81), em educação à distância o professor deverá “tornar-se parceiro dos estudantes no processo de construção do conhecimento, isto é, em atividades de pesquisa e na busca de inovação pedagógica”. Pois, há que se criar uma mudança no enfoque do processo educativo, tendo em vista que tempo e espaço são diferenciados nessa modalidade de educação.

Portanto, essa educação exige, além da atualização e aperfeiçoamento, a formação como um dos princípios importantes do processo de profissionalização, tendo em vista que no cotidiano de qualquer prática a formação deve ser prioridade. Levando em conta que a qualificação dos professores deveria ser condizente com a preocupação que existe em propiciar aos estudantes os conhecimentos relevantes para sua realização pessoal e de trabalho e para que possam contribuir para a coletividade de forma integrada.

### **Políticas educacionais públicas voltadas à EAD**

Para entender as políticas públicas que vêm sendo viabilizadas, é preciso refletir que a educação brasileira na contemporaneidade é fruto de políticas neoliberais do governo federal, que aparentemente demonstra à população brasileira questões voltadas aos interesses *ditos* coletivos, mas que na realidade são características da globalização econômica com ações consideradas excludentes, ressaltando aspectos da cultura dominante.

A realidade educacional brasileira, desde o início do século XX, vem sinalizando a construção do processo de democratização escolar, centralizando suas metas, ações e problemas a serem superados pelos professores, estudantes, ou na aplicabilidade dos diferentes recursos didáticos. Neste sentido, que na atuação docente exige-se que os profissionais se apropriem de novos conhecimentos voltados ao atendimento igualitário das demandas sociais.

Diante desse intenso desenvolvimento técnico-científico no setor educacional, destaca-se em especial a dinamicidade da educação à distância, fruto das reais condições de existência dos indivíduos em cada sociedade.

Para entender a dimensão educacional o governo brasileiro, na atual realidade histórica do capitalismo, assim como as contradições inerentes às políticas educacionais empreendidas pelo mesmo, pode ser compreendido no contexto global do capitalismo, de sua crise, e da influência das organizações internacionais Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), entre outras nas agendas dos Estados nacionais, entre eles, o Brasil.

O estudo dos documentos (relatórios, declarações, pareceres, entre outros) produzidos por esses organismos, possibilita a análise dessa influência na definição de políticas educacionais.

A análise dos documentos não deixa dúvidas. As medidas que vêm sendo implementadas no país estão sinalizadas há anos, cuidadosamente planejadas. São visíveis a olho nu as articulações entre as reformas implementadas nos anos de 1990, pelos governos brasileiros do período e as recomendações dos organismos multilaterais. Recomendações, aliás, repetidas em uníssono e à exaustão (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2002, p. 11).

A análise crítica de tais questões articuladas às mudanças ocorridas do mundo do trabalho, evidenciam a preocupação na reforma, no sentido de adequar o processo educacional à empregabilidade possível em decorrência das inúmeras modificações ocorridas nas relações materiais e sociais de produção. Assim, a incorporação da microeletrônica e da informática, sob a lógica do lucro, diminuiu o campo de trabalho.

Logo, a legislação vigente segue as orientações das agências multilaterais, sob a égide do sistema capitalista, adequando a educação às exigências de reestruturação produtiva e ao mercado globalizado. Enquanto discurso oficial, a EaD é considerada como uma possibilidade de garantir a igualdade de oportunidade no acesso à educação de qualidade a todos os brasileiros.

Para ilustrar, a educação brasileira no que diz respeito à qualidade de ensino, as estatísticas vêm apontando o crescimento significativo da modalidade de ensino, sendo empregada para o nível superior e pós-graduação *Lato Sensu*, em destaque a formação de professores. Sobre essa questão Moreira e Kramer (2007, p. 47), afirmam,

Uma concepção renovada de qualidade inclui a crença tanto em uma escola reformulada e ampliada, quanto em uma ordem social menos desigual e excludente. O grande desafio para escolas e universidades é oferecer aos professores a oportunidade de explorar o conhecimento tal como eles explorariam uma montanha, uma floresta ou um mar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, dedica o artigo 80 à educação a distância, que oportuniza ampliação de novos horizontes e conhecimentos viabilizados aos professores brasileiros nas instituições credenciadas. No mesmo ano, o Ministério da Educação instituiu a Secretaria de Educação à Distância em sua estrutura interna.

Em 1998, surge a primeira regulamentação para cursos à distância (Decreto 2494/98, modificado em parte pelo Decreto 2561/98), abrangendo o ensino médio, a educação profissional e a educação superior. Este decreto foi substituído pelo Decreto 5622, de dezembro de 2005, tornando as regras mais claras e prevendo a educação à distância em todos os níveis e modalidades da Educação Nacional, como preconiza a LDB.

As políticas educacionais públicas atuais contemplam um Plano Nacional de Formação de Professores que consolida a Política Nacional de Formação de Professores, instituída pelo Decreto 6755/2009, e que prevê um regime de colaboração entre União, estados e municípios, para a elaboração de um plano estratégico de formação inicial para os professores que atuam nas escolas públicas.

A ação está inserida como meta no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em vigor desde abril de 2007. O Programa distribuirá bolsas aos estudantes das licenciaturas e pedagogias das universidades públicas receberão bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC), para desenvolver projetos de educação dentro das escolas da rede pública.

Entre as ações a serem viabilizadas pelo PDE, o Ministro da Educação: Fernando Haddad apresenta como atribuições da universidade o papel formador de professores em cursos presenciais. Ocorre, entretanto, que as políticas educacionais adotadas pelo seu Ministério e financiadas por órgãos internacionais contradizem os discursos de Haddad, quando estimulam a oferta de cursos a distância, para formar professores na Universidade Aberta do Brasil (UAB)<sup>4</sup> a fim de que, até 2010, seja coberto o déficit de 250.000 professores para a educação básica.

### **Análise dos relatórios de estágio supervisionado.**

A Educação a Distância é hoje uma modalidade de ensino que é uma realidade em nosso país. Não nos cabe discutir se a mesma deveria ou não ser implantada, mas buscar refletir sobre as questões na sua complexidade que direcionam para o processo ensino-aprendizagem e formação dos docentes nessa modalidade.

A educação a distância, busca estender os espaços educacionais, a fim de reconhecer a instituição escolar de educação básica, como um espaço privilegiado da atividade educacional, tendo condições de oferecer novas ferramentas na formação acadêmica dos estudantes nas instituições do ensino superior.

Nesse contexto, pode-se considerar a EaD uma modalidade que pretende também expandir oportunidade de estudo, se os recursos forem escassos, atingindo determinadas localizações no Brasil, que invade com a tecnologia um percurso democrático de formação universitária para estudantes nos diversos municípios brasileiros.

E para evidenciar todo trabalho pedagógico destinados aos acadêmicos, o estágio obrigatório no curso de pedagogia, tem seu caráter legitimado e bem direcionado, sendo acompanhado e executado de acordo com a lei vigente, assim determina o papel de fundamental e sua importância na formação profissional dos futuros docentes.



O Estágio Curricular Supervisionado no curso de licenciatura de Pedagogia consiste em um processo planejado, visando à integração entre conhecimentos práticos e teóricos que complementem a formação acadêmica do estudante. O estágio supervisionado a ser realizados em instituições públicas ou privados da educação básica.

As situações vivenciadas no campo de estágio para qualificação profissional ocorrem em campo teórico e prático, e caracteriza-se como o *locus* em que a identidade docente desencadeando um campo vasto de reflexão e crítica como um papel decisivo para a inserção profissional na área educacional

Portanto, não deve ser considerada como mais uma disciplina da matriz curricular do curso de pedagogia, sendo a obrigatória de ser cumprida com frequência nos espaços escolares da educação básica. É neste sentido, que o estágio supervisionado deve apresentar indicativos para que o acadêmico possa observar o espaço educativo a fim de se entrosar com suas possíveis atribuições profissionais. É pelo documento intitulado *relatório descritivo* que o acadêmico aponta suas reais necessidades e observações evidenciadas no decorrer da sua trajetória acadêmica, estabelecendo relações com as aulas televisivas dos professores da educação à distância.

Logo, seria no relatório a descrição da fundamentação teórica e prática, aplicando as teoria aprendidas, seguindo as orientações estabelecidas pela instituição do ensino superior tendo introdução, desenvolvimento, considerações finais e referencias.

Durante as aulas televisivas do estágio supervisionado os acadêmicos receberam as orientações, de como sistematizar o relatório juntamente com os colegas envolvidos no estágio. Assim as dúvidas são retiradas via *web tutoria* com os docentes da instituição de ensino superior.

Neste período da permanência do acadêmico no espaço da instituição escolar, que o acolheu, faz necessário que a equipe pedagógica da escola estabeleça uma parceria para atender segundo as expectativas esperadas durante o estágio. Nesta, perspectiva aponta que:

A escola não pode ficar isenta do compromisso que supõe o estágio para iniciar o envolvimento o estudante no mercado, ao mesmo tempo reconhecendo aplicando as teorias aprendidas, executando projeto, justificando a sua permanência na organização e ainda redigindo relatórios que levarão a uma *performance* melhor de seus estudos universitários. (BIANCHI, p.14, 2008).

Mediante as análises realizadas nos relatórios encaminhados constatam-se, mediante as avaliações realizadas, que os acadêmicos focalizam suas análises, especialmente, sobre o número de estudantes da turma; perfil da turma (meninos/meninas, adequação, idade, turma da educação infantil; situação socioeconômica e acadêmica, história de retenção e evasão escolar; características físicas da sala de aula; decoração e organização da sala, (o que está exposto, teto, portas, quem produz; vínculo dos estudantes com a escola; rotina dos estudantes (aulas especiais, atividades extras; relação professor/estudante; caracterização da turma pela professora regente; descrição da prática pedagógica observada.

Nota-se, portanto, a partir dos documentos analisados que, independente de fazerem parte da educação à distância, os acadêmicos estão com uma preocupação constante em detalhar os aspectos vivenciados durante o processo de observação, embora em algum momento se refiram a necessária relação entre a teoria e prática e mesmo a práxis, sendo necessário tornar fato verdadeiro, a fim de instrumentalizar sua prática do docente.

Sendo utilizada a técnica da observação no contexto das instituições escolares da educação infantil, realizada pelos acadêmicos da faculdade, que desperta nos docentes que acessam os referidos documentos em diferentes locais e espaços no território nacional.

As instituições da educação infantil atendem estudantes em precárias condições para efetivar um trabalho educativo, e outros locais que almejam uma educação de qualidade. Assim, as práticas de observação, demonstram algumas fragilidades pelos observadores tendo a dinâmica escolar suas especificidades na educação infantil constatam-se os grupos de crianças com posturas inadequadas, sendo registradas como desorganização do espaço gerenciado pelo docente. Para esclarecer tal aspecto, é preciso objetividade nessa questão:

Ao fazer uma observação em sala de aula, o observador tem muitas vezes o objetivo, explícito ou não, de verificar a competência do professor e da sua eficiência como orientador de grupo de crianças e/ou jovens, envolvendo essa solicitação uma avaliação qualitativa. (VIANNA, p.91,2007).

Portanto, cabe aos acadêmicos compreenderem e respeitarem as diferenças individuais das crianças, sua trajetória de vida, valores, crenças, sentimentos, conflitos, emoções, anseios, projetos, hábitos, visão de mundo, nível de conhecimento, cultura etc., que tornam a escola socialmente heterogênea e com aspectos da diversidade cultural existente no Brasil.

A escola brasileira é considerada como uma entidade socializadora no contexto social, evidenciando as relações humanas. Assim, o espaço escolar é fundamental para formação plena de cada estudante envolvido no processo educacional. Tendo o conhecimento como elemento fundamental para aquisição de novos interesses das crianças no processo ensino e aprendizagem.

Os relatórios apresentaram uma riqueza de detalhes referente à prática do docente de sala de aula. Tal realidade apresenta uma preocupação aos docentes da instituição da educação a distância. Aspecto necessário para enriquecer mediante as aulas televisivas a postura de um professor reflexivo que possa refletir sobre a prática pedagógica, a partir da própria prática, e de se apropriar de categorias teóricas-metodológicas que lhe permitam intervir de forma competente no contexto escolar. Para tanto, segundo KUENZER & RODRIGUES, p. 208, 2006:

De fato, o processo que faz a mediação entre a teoria e prática é o trabalho educativo; é através dele que a prática se faz presente no pensamento e se transforma em teoria; do mesmo modo, é através do trabalho educativo que a teoria se fez prática, que se dá a interação entre consciências e circunstâncias, entre o pensamento e bases materiais de produção, configurando-se a possibilidade de transformação da realidade.



Destaca a importância de uma atitude reflexiva da prática docente, e não qualquer prática docente, tendo apontamentos aparentes nos relatórios de estágio na demonstração das práticas efetivadas pelos professores das escolas da educação básica no nível da educação infantil. É esta a preocupação com o caráter prático da formação profissional sem uma sustentação teórica que possibilita um distanciamento com a prática educativa.

Para Brzezinski (2008) as perspectivas sobre a formação do professor, devem ter o entendimento de que essa é uma prática pedagógica na qual se articulam teoria e prática e, por isso, é práxis. Reforça que é importante ter em mente que para essa formação é necessário saber que projeto de sociedade, de educação, de cultura e formação de professores busca-se, pois existem diferentes projetos embasando as políticas de formação de professores para a oferta de educação à distância.

Pode-se considerar a importância dos relatórios de estágio. Como um documento fundamental dos registros observados pelos acadêmicos, sendo uma tarefa alertar as possíveis necessidades e impasses na educação à distância. Logo as observações apontadas no documento demonstram alguns elementos a serem considerados na avaliação da instituição do ensino superior, para verificar e repensar a nossa atuação profissional bem como, da formação docente.

Repensar, a formação do professor significa subsidiar com conhecimentos, práticas e políticas os processos de formação. Atualmente, a formação de professores e a capacitação em serviço vivenciam uma realidade totalmente diferenciada do que se pregava anteriormente em termos de capacitação. Uma formação continuada que visa valorizar o professor como sujeito crítico-reflexivo, aponta para a relevância da “reflexão na ação, da reflexão sobre a ação e da reflexão sobre a reflexão na ação.” (PIMENTA, 2002, p.29).

#### (Endnotes)

- 1 Em acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/96, a educação brasileira se organiza em dois níveis: educação básica e ensino superior, sendo que esses podem se desenvolver, em acordo com a legislação, em modalidades: educação à distância, educação especial, educação de jovens e adultos e educação profissional.
- 2 Localizada na cidade da Lapa no estado do Paraná, mantenedora de cursos presenciais e na modalidade a distância, a FAEL possui projetos pedagógicos atualizados e corpo docente composto por professores doutores, mestres e especialistas. A FAEL oferece cursos de Graduação e Pós-graduação *Lato Sensu* e mantém projetos sociais, convênios com diversas instituições e parceria com o Proni.
- 3 A FAEL, desenvolve em parceria com a EDUCON - Tecnologia de Educação Continuada, cursos de graduação e pós-graduação na modalidade EaD. A FAEL – Faculdade Educacional da Lapa – é a responsável pela parte pedagógica, enquanto a EDUCON gerencia a tecnologia que possibilita a veiculação das aulas a diferentes municípios brasileiros.
- 4 O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) tem como prioridade a formação de professores para a Educação Básica. Para atingir este objetivo central a UAB realiza ampla articulação entre instituições públicas de ensino superior, estados e municípios brasileiros, para promover, através da metodologia da educação a distância, acesso ao ensino superior para camadas da população que estão excluídas do processo educacional.

## REFERÊNCIAS:

- BELLONI, M. L. **Educação a distância**. 5 ed., Campinas: Autores Associados, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano decenal de educação para todos**. Brasília, 1993.
- \_\_\_\_\_. Lei 9.394 de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasil. In: **Diário Oficial da União**. Ano, n.º 248, de 23/12/1996.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei n.º 10.172/01 - **Plano Nacional de Educação**. MEC. Brasília, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Lei N.º 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11738.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11738.htm)>. Acesso em: 10 fev. 10.
- \_\_\_\_\_. DECRETO No 3.276, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1999. **Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências**. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3276.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/decreto/D3276.htm)>. Acesso em: 10 fev.2010.
- BIANCHI, A. C. De M. **Manual de orientação**. Estágio supervisionado. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- BRZEZINSKI, I. **Políticas de Formação de Professores**: dois mundos distintos traçam as Diretrizes Curriculares. Boa Vista: UFRR, 2001.
- \_\_\_\_\_. Políticas contemporâneas de formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1139-1166, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 11 jun/2009.
- KUENZER, A.Z. **As diretrizes curriculares para o curso de pedagogia: uma expressão da epistemologia da prática**. Encontro Nacional de didática e prática de ensino. Novas subjetividades, currículo, docência e questões pedagógicas na perspectiva da inclusão social. Recife, 2006.
- MARCELO, C. G. **Formação de professores para uma mudança educativa**. Coleção Ciências da Educação. Porto: Porto Editora, 1999.
- NEDER, M. L. C. A educação a distância e a formação de professores: Possibilidades de mudança paradigmática. In: **Educação a distância**, Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
- PRETI, O. A formação do professor na modalidade a distância: (DEZ) construindo metanarrativas e metáforas. In: **Educação a distância**, Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
- PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- VIANNA, H.M. **Pesquisa em educação a observação**. Liber Livro Editora, 2007.